



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000987-65.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **HELIANA FERRARI**
 Requerido: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: . **Paulo César Scanavez**

HELIANA FERRARI move ação em face de **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**, dizendo que celebrou contrato de financiamento com a ré para a aquisição de um veículo, no valor de R\$ 14.000,00, a ser pago em 60 prestações mensais de R\$ 448,66. A ré incluiu valores abusivos no financiamento a título de tarifa de cadastro (R\$509,00), serviço de terceiros (R\$1.724,18), tarifa de avaliação do bem (R\$193,00) e registro do contrato (R\$38,98). Sobre esses valores cobrou juros de 1,71% ao mês pelos 60 meses do financiamento. O valor líquido deste foi de R\$ 11.000,00. Significa que as tarifas corresponderam a 36% daquele valor. As tarifas são abusivas e a hipótese é a de aplicação da repetição do indébito em dobro. Pede a procedência da ação para condenar a ré à repetição do indébito, em dobro, com os encargos do contrato de financiamento, honorários advocatícios e custas. A ré foi citada.

A ré contestou as fls. 21/45 dizendo que a TAC e a TEC são legítimas. A tarifa de cadastro também foi reputada pertinente pelo STJ. Não há abusividade alguma das demais tarifas, pois previstas no contrato e os valores delas se mostram razoáveis.

Réplica as fls. 90/93.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do art. 330, do CPC. A prova é meramente documental e se encontra nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide e nada acrescentaria de útil ao acervo probatório.

As partes celebraram a cédula de crédito bancário de fls. 10/12, em 16/abril/2010, onde se constata que a ré cobrou da autora as verbas seguintes: tarifa de cadastro: R\$ 509,00; serviços de terceiros: R\$ 1.724,18, registro de contrato: R\$ 38,98; tarifa de avaliação do bem: R\$ 193,00. O valor líquido do crédito foi de R\$ 14.000,00. O valor total do crédito financiado foi de R\$ 16.760,83.

Não se confunde Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) com Tarifa de Cadastro. O STJ, por

4000987-65.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

sua 2ª Seção, com o efeito vinculante previsto no art. 543-C, do CPC, decidiu: "nos contratos bancários celebrados até 30.04.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96), era válida a pactuação das Tarifas de Abertura de Crédito (TAC) e de Emissão de Carnê (TEC) ou outra denominação para o mesmo fato gerador, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto.(...) com a vigência da resolução CMN 3.518/07, em 30.04.2008, não mais tem respaldo a contratação da TEC e da TAC, ou outra denominação para o mesmo fato gerador. Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira" (REsp 1.251.331/RS e REsp 1.255.573/RS).

A tarifa de cadastro foi prevista na cédula de crédito bancário de fls. 10/12, e o valor cobrado foi de R\$ 509,00, que não se mostra abusivo, em consonância com o volume líquido do financiamento, ficando muito próximo do valor da parcela mensal da amortização do débito (R\$ 448,66). Ademais, a autora não negou o fato do contrato representado pela CCB ter sido a primeira operação de crédito entre as partes.

O art. 5º, da Resolução nº 3.919, lista em diversos incisos as tarifas que podem ser cobradas das pessoas naturais pela prestação de serviços diferenciados e condiciona a legitimidade dessa cobrança desde que explicitadas ao cliente ou ao usuário as condições de utilização e de pagamento. Na hipótese vertente dos autos, houve cobrança de outras tarifas, quais sejam, a de registro de contrato e a de avaliação do bem. Esta última, embora tenha previsão no inciso VI, do art. 5º, da referida Resolução, é certo que na CCB constou apenas o valor cobrado: R\$ 193,00. Em nenhuma das cláusulas ficou explicitado quem seria o avaliador e qual a metodologia a ser aplicada para essa avaliação, contrariando pois o comando do art. 5º, *caput* dessa Resolução, que exige também "a explicitação das condições de utilização dos serviços a serem prestados".

Não escapa a ninguém o fato de que o valor do carro usado é identificado pela Tabela Fipe, largamente utilizada inclusive nas avaliações judiciais desse tipo de bem. Não se gasta mais do que alguns minutos para a regular identificação do valor do inanimado. Não se utiliza avaliador de coisa móvel para esse tipo de trabalho. Se o objeto da garantia fosse algum outro bem que escapasse do "controle ou verificação através de fontes públicas de constatação do seu valor segundo as leis de mercado", o que poderia gerar a necessidade de uma independente avaliação técnica, aí sim seria compreensível o ressarcimento das despesas à ré.

Quanto ao Registro de Contrato, a ré não trouxe prova alguma de que esse registro aconteceu no Cartório de Títulos e Documentos. Na Resolução nº 3.919 não há previsão dessa tarifa. Mesmo se não fosse caracterizada como tarifa e sim como despesas de ressarcimento pela prestação de serviços por terceiros, haveria necessidade da sua explicitação na CCB de acordo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

com o art. 40, *caput*, do CDC: "O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços". O conteúdo do orçamento prévio, com essas características da norma consumerista, necessariamente deve ser lançado no corpo do contrato definitivo (isso com maior razão), sob pena de se aplicar o § 3º, do art. 40, já referido: "O consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros, não previstos no orçamento prévio". O contrato também violou o disposto no inciso III, do art. 6º e, de modo específico, o art. 31, do CDC, que preceitua: "A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, quantidade, qualidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, (...)".

O TJSP, no v. acórdão relatado pelo ilustre desembargador Bonilha Filho, na Apelação nº 0063593-80.2012.8.26.002, j. 05.02.2014, enfatizou que: "a mera indicação de sua cobrança no contrato não configura o cumprimento do dever jurídico de informar adequadamente ao consumidor, pois é certo que cabe à instituição financeira demonstrar o fundamento das tarifas exigidas a fim de possibilitar a sua cobrança específica. Dessa forma, não cabe ao consumidor arcar com o pagamento de taxas cujo conteúdo e escopo não lhe foi esclarecido, sendo de rigor a restituição ao autor dos valores pagos a esse título".

O contrato de fls. 10/12 faz menção ainda à tarifa de serviços de terceiros no importe de R\$ 1.724,18. Contudo não explicita quais seriam esses serviços e quais os destinatários desse valor cobrado da autora. Não trouxe prova documental do repasse dessa quantia. Geralmente, as financeiras sustentam que o dinheiro dessa tarifa é destinado à remuneração do garagista pela intermediação. Referida intermediação diz respeito à venda do veículo ou à captação do cliente para a financeira? O garagista já tem sua atividade empresarial limitada à compra e venda de veículos usados. Certamente tinha o veículo usado no estoque de sua empresa e vendeu-o para a autora, presumivelmente com lucro. Não consta que o garagista seria uma espécie de correspondente bancário do réu, mesmo porque nessa hipótese a tarifa seria de serviços do correspondente. Um dos princípios que embalam o contrato de consumo é o da transparência e que não foi observado pelo réu. Afinal, quais os critérios objetivos utilizados para a identificação do custo dos serviços de terceiros? É fato que não existe tabela alguma disciplinando a remuneração desse terceiro, como também os estabelecimentos financeiros jamais identificam nos processos os nomes desses terceiros beneficiados nessas operações. Tudo muito obscuro, daí a abusividade da cobrança dessa tarifa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Como se vê, a ré cobrou indevidamente da autora R\$ 193,00 da tarifa de avaliação, R\$ 38,98 do registro de contrato e R\$ 1.724,18 dos serviços de terceiro, totalizando R\$ 1.956,16.

A ré, ao exigir as tarifas de registro de contrato e de avaliação do bem e o custo dos serviços de terceiro, violou o disposto no inciso IV, do art. 51, do CDC, daí a procedência parcial do pedido de repetição do indébito, mas pelo critério simples, já que não se aplica a dobra prevista no § único, do art. 42, do CDC, pois não restou configurada a má-fé da ré, requisito exigido pela Súmula 159, do STF. O STJ tem também iterativos julgados exigindo a comprovação da má-fé para que haja a repetição em dobro indicada no § único, do art. 42, do CDC: AgRg no AREsp 358880/SE, j. 17.09.2013, relator Ministro Raul Araújo.

Mais razoável que a repetição do indébito se oriente pelo seguinte critério: aplicar-se-ão sobre os R\$ 1.956,16 os mesmos juros remuneratórios previstos à fl. 10, quais sejam, 1,71% ao mês, com capitalização mensal, desde o vencimento da 1ª parcela (16/05/2010) até o vencimento da última parcela (16/04/2015). Esse método garantirá à autora a repetição de modo suficiente. Sobre o montante apurado incidirão correção monetária pela Tabela Prática adotada pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado e juros de mora de 1% ao mês, respectivamente, do ajuizamento da ação e ato citatório. Não há necessidade alguma de se alterar o valor das prestações destinadas ao pagamento do financiamento.

JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação para reconhecer que a ré cobrou indevidamente da autora R\$ 1.956,16, sendo R\$ 193,00 de tarifa de avaliação, R\$ 38,98 de registro de contrato e R\$ 1.724,18 de serviços de terceiros. Condene a ré a devolver os R\$ 1.946,56 à autora, com juros remuneratórios, correção monetária e juros de mora de 1% ao mês nos moldes fixados no último parágrafo da fundamentação desta sentença. **IMPROCEDE** o pedido de repetição do valor cobrado a título de tarifa de cadastro. A ré sucumbiu na maior porção do pedido, por isso pagará à autora 15% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa, custas do processo e as de reembolso.

Depois do trânsito em julgado, abra-se vista à autora para, em 10 dias, formular o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada (arts. 475-B e J, do CPC). Assim que apresentado esse requerimento, intime-se a ré para, em 15 dias, pagar a dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito exequendo e custas ao Estado de 1%.

P.R.I.

São Carlos, 15 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**